



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº. 010/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2020

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº. 15.023.997/0001-72, com sede administrativa na Avenida Cerejeiras, nº 90, Fidelândia, em Rio Branco - MT, CEP 78.275-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ANTONIO XAVIER DE ARAUJO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 178.874.611-20, e RG. nº. 070.858 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua Ipiranga, nº 267, Centro – Rio Branco – MT. Resolve, **REGISTRAR OS PREÇOS UNITÁRIOS** da Empresa **FABIO FRANCISCO FERREIRA ME**, inscrita no CNPJ nº **18.226.056/0001-24**, representada neste ato por seu proprietário Sr. Fábio Francisco Ferreira, portador da Carteira de Identidade nº 1924276-0 SSP/MT e do CPF nº 063.931.281-38, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que coube e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os preços do **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA A MANUTENÇÃO E CONserto DA PARTE ELÉTRICA DE TODOS OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT**, conforme condições, quantidades e especificações constantes no Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2020**. Conforme tabela a seguir:

LOTE 01 - (VEÍCULOS DE PASSEIO)				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS: DESMONTAGEM, MONTAGEM. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Rio Branco - MT. Garantia Mínima de 90 dias da contratação.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR ESTIMADO	VALOR HORA
1	Serviço de mão-de-obra elétricas em veículos, independente de marca e modelo (valor hora trabalhada).	300	R\$ 36.000,00	R\$ 120,00

LOTE 02 - (CAMIONETAS E AMBULÂNCIAS)				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS: DESMONTAGEM, MONTAGEM. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Rio Branco - MT. Garantia Mínima de 90 dias da contratação.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR ESTIMADO	VALOR HORA
1	Serviço de mão-de-obra elétricas em veículos, independente de marca e modelo (valor hora trabalhada).	500	R\$ 62.500,00	R\$ 125,00

LOTE 03 - (CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS)				
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS: DESMONTAGEM, MONTAGEM Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos e máquinas, da frota do Município de Rio Branco - MT. Garantia				





**Mínima de 90 dias da contratação.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR ESTIMADO	VALOR HORA
1	Serviço de mão-de-obra elétricas em veículos, independente de marca e modelo (valor hora trabalhada).	1000	R\$127.500,00	R\$ 127,50

**LOTE 04 - (VANS, MICRO ONIBUS E ONIBUS)**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS: DESMONTAGEM, MONTAGEM. Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos operacionais da frota do Município de Rio Branco - MT. Garantia Mínima de 90 dias da contratação.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR ESTIMADO	VALOR HORA
1	Serviço de mão-de-obra elétricas em veículos, independente de marca e modelo (valor hora trabalhada).	800	R\$ 102.000,00	R\$ 127,50

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO**

**2.1.** Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2020**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e alterações posteriores no que couber, na Lei Complementar n. 123/2006 e suas alterações, no Decreto 7.892/2013 e no Decreto Municipal n. 046/2006, conforme autorização da Autoridade Competente.

**2.2.** O aviso de licitação foi publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso – Ano XV – Nº 3.477, dia 13 de maio de 2020, página 248.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO.**

**3.1.** A empresa **FABIO FRANCISCO FERREIRA ME**, inscrita no **CNPJ nº 18.226.056/0001-24** detentora do registro de preços deverá entregar os materiais/serviços, conforme especificado no Termo de Referência e de acordo com as necessidades das Secretarias deste Município.

**3.2.** O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2020** e seus anexos.

**3.3.** As peças e ou serviços deverão ser entregues parceladamente, de acordo com as necessidades e serão solicitados por meio da emissão de Requisição, onde serão especificados todos os materiais/produtos e os quantitativos a serem entregues com as especificações necessárias com vistas à satisfação do interesse público.

**3.3.1.** É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Rio Branco - MT.

**3.4.1.** As despesas com embalagem, seguro, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento das peças e da prestação do serviço correrão por conta da Contratada.

**3.5.** O prazo para o fornecimento das peças e execução dos serviços será de até 24 horas após o recebimento da requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, exceto peças e serviços destinados aos veículos do transporte escolar e ambulâncias, as quais deverão ser entregues e ou realizados imediatamente após o recebimento da requisição.

**3.6.** As peças e ou serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do material e dos serviços com a especificação constantes no Termo de Referência e, definitivamente, após a verificação de qualidade e quantidade do material e dos serviços consequente aceitação, em obediência à disposição constante no art. 73, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei n. 8.666/1993.





3.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da entrega dos produtos e ou execução dos serviços, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, contendo a assinatura e carimbo do responsável pela contratação ou pela fiscalização.

3.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço ou das peças, nem ético-profissional pela perfeita execução desta Ata de Registro de Preços, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pela própria Ata.

3.9. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, as peças ou serviços entregues em desacordo com as condições previstas no Termo de Referência, na Ata e/ou no Termo de Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

4.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

4.2. Fornecer as peças novas e de 1ª linha e os serviços dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pelo Município, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

4.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

4.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena **operacionalidade do fornecimento contratado**, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

4.5. Comunicar imediatamente ao Município qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

4.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município;

4.8. Indenizar terceiros e/ou ao próprio Município mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

4.9. A prestação dos serviços será realizada diariamente, mediante as necessidades e demanda da Contratante; em virtude disto a Contratada deve manter profissional a disposição para realização dos serviços e estoque de peças para entrega imediata, principalmente para atendimento de veículos escolares (ônibus) e da saúde (ambulâncias), na sede do Município de Rio Branco - MT, conforme solicitação e Ordem de Serviço emitida pela Secretaria solicitante.

4.10. É de responsabilidade da contratada todos os encargos inerentes aos seus funcionários, não havendo nenhum vínculo entre estes e o Município de Rio Branco - MT.

**4.10.1. A contratada deverá dispor de no mínimo 01 (um) funcionário permanente na Sede de sua Empresa para o fornecimento de peças urgentes que deverão ser entregues no mesmo dia em que forem solicitados, quando se tratar de veículos das Secretarias de Educação e Saúde e os demais em até 24 horas.**

4.11. Quando contratada, a Detentora da Ata ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;





4.12. Todos os encargos sociais e impostos da contratada, inclusive os trabalhistas, serão de sua exclusiva responsabilidade.

4.13. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1. Solicitar o fornecimento dos materiais/serviços mediante apresentação de requisição emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura, devidamente assinada por servidor responsável, contendo a descrição, quantidade e valor do produto solicitado;

5.2. Fiscalizar livremente a execução, não eximindo a licitada vencedora de total responsabilidade quanto à execução do contrato ou da ARP;

5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.4. Efetuar os pagamentos devidos após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo Departamento de Compras da Prefeitura;

5.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.6. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, fixando prazo para tanto;

5.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitada vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas no edital;

5.8. Designar servidor ou comissão para acompanhar a execução e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega, inclusive rejeitando no todo ou em parte os materiais/serviços entregues fora das especificações deste edital.

5.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados à partir de sua assinatura, ou seja, de ..... à .....

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo da Secretaria Municipal Administração e Finanças.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado pelo contratante em favor da contratada mediante empenho, após a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pela Secretaria solicitante.

8.1.1. O prazo para o pagamento será de até **30 (trinta) dias** após a apresentação da nota fiscal/fatura e respectiva entrega das peças ou prestação dos serviços, através de depósito





bancário, **Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência nº. 3823, Conta corrente nº. 3736-7, Operação 013**, em nome da contratada

**8.1.2.** Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitado vencedor deverá apresentar toda a documentação fiscal obrigatória e ainda CNDT negativa ou positiva com efeito de negativa, atualizadas.

**8.2.** A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição e quantitativo das peças e ou serviços, o número e o nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento.

**8.3.** Caso constatada alguma irregularidade nas Notas Fiscais/Faturas, estas serão devolvidas à contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**8.4.** Nenhum pagamento isentará o fornecedor das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**8.5.** Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada, ou inadimplência contratual.

**8.6.** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *factoring*.

**8.7.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado

#### **CLÁUSULA NONA – DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

**9.1.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

**9.1.1.** Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos serviços, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscal), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

**9.1.1.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. Conforme art. 17 do decreto 7892/2013;

**9.1.1.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado. Conforme art. 18 do decreto 7.892/2013

**a).** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

**b).** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**9.1.1.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**a).** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

**b).** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo único** - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à





revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**9.1.1.4.** O registro do fornecedor será cancelado quando, conforme art. 20 do decreto 7892/2013.

- a). Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b). Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c). Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d). Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

**Parágrafo único** - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9.1.1.5.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados conforme art. 21 decreto 7892/2013.

- a). Por razão de interesse público; ou,
- b). A pedido da fornecedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

**10.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

**10.1.1.** Quando a fornecedora/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nesta Ata de Registro de Preços;

**10.1.2.** Quando a fornecedora/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

**10.1.3.** Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

**10.1.4.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

**10.1.5.** Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado;

**10.2.** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.3.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**10.4.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital e nesta Ata.

**10.5.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**10.6.** Caso o Município não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**



**11.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Adjudicatária que:

- 11.1.1.** Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3.** Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5.** Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6.** Não mantiver a proposta.

**11.2.** A Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1.** Advertência;
- 11.2.2.** Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso na entrega dos materiais/serviços, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da contratação;
- 11.2.3.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias da entrega dos materiais/produtos, com a consequente rescisão da contratação;
- 11.2.4.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, no caso do Adjudicatário, injustificadamente, desistir da Contratação ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;
- 11.2.5.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos;
- 11.2.6.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**11.3.** As multas poderão ser descontadas dos créditos do contratado ou detentor da ata ou cobradas administrativamente ou judicialmente.

**11.4.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rio Branco – MT.

**11.5.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**11.6.** Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, o licitado poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

- 11.6.1.** Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;
- 11.6.2.** Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

**11.7.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de (05) cinco dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

**11.8.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas nesta seção, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

**11.9.** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**





12.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Rio Branco – MT, para os exercícios 2019 e 2020.

12.2. O programa de trabalho e os elementos de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será realizada pelo Servidor Pedro Barbosa de Souza, para acompanhamento da prestação de serviços, devendo este:

- a). Promover a avaliação e fiscalização dos serviços, solicitando à contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato;
- b). Atestar as notas fiscais da contratada para efeitos de pagamento;
- c). Solicitar ao Prefeito Municipal, às providências que ultrapassem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato.

13.2. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios, conforme Lei n. 10.520/02.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata.
- II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2020**, seus anexos e as propostas da contratada.
- III. É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Rio Branco – MT.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Rio Branco - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Rio Branco - MT, 04 de junho de 2020.

**ANTÔNIO XAVIER DE ARAÚJO**  
MUNICÍPIO DE RIO BRANCO  
PREFEITO MUNICIPAL

**FABIO FRANCISCO FERREIRA ME**  
CNPJ nº 18.226.056/0001-24





GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

Fábio Francisco Ferreira  
RG nº 1924276-0 SSP/MT e do CPF nº 063.931.281-38